



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL -

HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Credenciamento nº 001/2025;

Processo Administrativo do credenciamento nº 5085/2025;

Processo Administrativo da contratação por inexigibilidade nº 91/2025;

Inexigibilidade decorrente da Ata n 01 do credenciamento 001/2025;

Assunto: Contratação de Empresa Credenciada – Antônio Augusto Palombo Mendes Ltda-ME;

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CONSULTA NAS ÁREAS DE NEUROPEDIATRIA, REUMATOLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, PNEUMOLOGIA, UROLOGIA, ORTOPEdia, GINECOLOGIA GERAL, GINECOLOGIA OBSTÉTRICA, FONOAUDIOLOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SMS.

1. **DECLARO** Inexigível a licitação constante do processo licitatório em epígrafe, com fundamento no art. 74, IV, da lei Federal nº 14.133/2021, e artigo 6, §1º, inciso IV, do Decreto Municipal n. 3.132/2024.

2. **CONTRATADA: Bernardo Medeiros Maia Ltda-ME – CNPJ: 30.776.170/0001-23;**

3. **PRAZO DA CONTRATAÇÃO: 6 meses de vigência.**

4. **VALOR:** Item 04, no valor total de R\$ 87.330,00 (oitenta e sete mil, trezentos e trinta reais)

Publique-se, para fins do disposto no parágrafo único do art. 72 da lei 14.133/2021 e artigo 6º, XIII do Decreto Municipal n. 3.132/2023, por meio do Diário Oficial dos Municípios mantido pela Assomasul, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Encaminhe-se a Procuradoria Jurídica para as demais providências.

São Gabriel do Oeste – MS, 29 de maio de 2025.

LEOCIR PAULO MONTAGNA
PREFEITO MUNICIPAL





MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

RUA MARTIMIANO ALVES DIAS, Nº 1211 - CENTRO - CNPJ: 15.389.588/0001-94

SÃO GABRIEL DO OESTE/MS - CEP 79.490-000

FONE: (67) 3295-2111



CÓDIGO DE ACESSO

B4430DD0BC06436088CD683EF05C1C2E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: LEOCIR PAULO MONTAGNA em 30/05/2025 07:49:21
CPF:***.***-.171-91
Certificadora: ICP-BRASIL - AC SOLUTI MULTIPLA V5
- ✓ Assinante: DANIEL DA SILVA PAGANOTTI em 30/05/2025 10:16:44
CPF:***.***-.821-05
Certificadora: ICP-BRASIL - AC SOLUTI MULTIPLA V5

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://saogabrieldooeste.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B4430DD0BC06436088CD683EF05C1C2E>



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA JURÍDICA

Credenciamento nº 001/2025;

Processo Administrativo do credenciamento nº 5085/2025;

Processo Administrativo da contratação por inexigibilidade nº 9134/2025;

Inexigibilidade decorrente da Ata n 01 do credenciamento 001/2025;

Assunto: Contratação de Empresa Credenciada – Antônio Augusto Palombo Mendes Ltda-ME;

OBJETO: processo de credenciamento para prestação de serviços médicos de consulta nas áreas de Neuropediatria, Reumatologia, Endocrinologia, Pneumologia, Urologia, Ortopedia, Ginecologia Geral, Ginecologia Obstétrica, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional em atendimento as demandas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde-SMS.

PARECER JURÍDICO

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo de contratação de empresa credenciada em virtude do chamamento público para o credenciamento 001/2025 de serviços médicos, via chamamento público para o credenciamento para **prestação de serviços de consultas de neuropediatria, reumatologia, endocrinologia, pneumologia, urologia, ortopedia, ginecologia geral, ginecologia obstétrica, fonoaudiologia e terapia ocupacional.**

Foi iniciado o processo de credenciamento e o mesmo está permanentemente aberto ao público, e a realização da contratação e critérios de distribuição ocorre por meio da secretaria.

A empresa Bernardo Medeiros Maia Ltda-ME, CNPJ: 30.776.170/0001-23 restou devidamente credenciada pela 1ª Sessão Pública do credenciamento 001/2025.

A homologação ocorreu em 07 de maio de 2025, tendo sido publicado no diário oficial (assomassul) em 08/05/2025.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA JURÍDICA

Vieram os autos para a contratação por inexigibilidade, com a quantidade de demanda estimada e acompanhado da reserva orçamentária.

É o relato, passamos à fundamentação.

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, é importante que se analise a possibilidade de utilização da inexigibilidade de licitação para a contratação do objeto supramencionado.

É cediço que, em regra, as contratações públicas devem ser precedidas da realização de certame licitatório, cumprindo ao Administrador a escolha da avença que seja mais vantajosa ao interesse público, sem menosprezar o princípio da impessoalidade, que regula a participação dos licitantes, nos termos do artigo 37, XXI, CF/88 e da Lei n.º 14.133/2021.

Neste aspecto, leciona o eminente professor Celso Antônio Bandeira de Mello, o qual afirma que a licitação visa *“proporcionar às entidades governamentais a possibilidade de realizarem o negócio mais vantajoso e assegurar aos administrados o ensejo de disputarem a participação nos negócios que as pessoas administrativas entendem de realizar com os particulares”*.

Embora ocorra de forma excepcional, diante de situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece – em rol exemplificativo, conforme pacífica doutrina – hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

Vale frisar que a eventual contratação que será decorrente do processo administrativo sub examine, encontra respaldo no próprio art. 74, inciso IV.

Para elucidar, vale a transcrição do que dispõe o dispositivo legal ao norte aludido, in verbis:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA JURÍDICA

Face ao caso concreto, destaca-se que o instituto do credenciamento visa à contratação daqueles que preencherem os requisitos determinados em edital. Logo, qualquer pessoa que cumpra com as exigências editalícia e aceite o valor predeterminado deverá ser contratada pela Administração, caracterizando a inviabilidade de competição apta a autorizar o processo de inexigibilidade com base no artigo legal transcrito acima.

Em mesmo norte, a doutrina de Luciano Ferraz conceitua o credenciamento como:

“O processo administrativo, pelo qual a Administração convoca interessados para, segundo condições previamente definidas e divulgadas, credenciarem-se como prestadores de serviços ou beneficiários de um negócio futuro a ser ofertado, quando a pluralidade de serviços prestados for indispensável à adequada satisfação do interesse coletivo ou, ainda, quando a quantidade de potenciais interessados for superior à do objeto a ser ofertado e por razões de interesse público a licitação não for recomendada.”

Dessa forma, em síntese, o credenciamento consubstancia-se num conjunto de procedimentos por meio dos quais o Poder Público credencia, mediante chamamento público, todos os prestadores aptos e interessados em realizar determinados serviços, quando o interesse público for mais bem atendido com a contratação do maior número possível de prestadores simultâneos.

Ademais, Marçal Justen Filho explica que:

“Não haverá necessidade de licitação quando houver número ilimitado de contratações e (ou) quando a escolha do particular a ser contratado não incumbir à própria Administração. Isso se verifica quando uma alternativa de contratar não for excludente de outras, de molde que todo o particular que o desejar poderá fazê-lo (...). Nas hipóteses em que não se verifica a excludência entre as contratações públicas, a solução será o credenciamento (...). O credenciamento envolve uma espécie de cadastro de prestadores de serviço ou fornecedores. O credenciamento é o ato pelo qual o sujeito obtém a inscrição de seu nome no referido cadastro. (...).





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA JURÍDICA

Nas situações de ausência de competição, em que o credenciamento é adequado, a Administração não precisa realizar licitação. Sob certo ângulo, verifica-se inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição. Na verdade, a inviabilidade de competição consiste, no caso, na ausência de exclusão entre os possíveis interessados.”

Os tribunais de contas dos estados, inclusive de Mato Grosso do Sul e o Tribunal de Contas da União, há muito vinham ratificando e consolidando o entendimento pela possibilidade da utilização do credenciamento.

Nesse ínterim, podemos citar as seguintes decisões do TCU que admitem o credenciamento: Decisão nº 307/2000 – Plenário; Acórdão 351/2010 – Plenário; Decisão nº 494/94; Decisão nº 604/95 – Plenário.

Além disso, o regulamento de contratações diretas do Município de São Gabriel do Oeste – MS, decreto 3.132/2024, fixa o rol de documentações necessárias para a contratação, senão vejamos:

Art. 6º. O processo administrativo de inexigibilidade de licitação deverá conter:

I - Documento de Formalização de Demanda;

II - Estudo Técnico Preliminar;

III - Termo de Referência, Projeto Básico ou projeto executivo;

IV - Pesquisa de preços, que deverá ser calculada conforme o disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/2021 e no Capítulo IV, do Decreto Municipal nº 2.918, de 2023;

V- Declaração de Disponibilidade Orçamentária-Financeira, demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

VI – Minuta do Contrato, quando for o caso;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA JURÍDICA

VII – Parecer Jurídico sobre os aspectos legais da contratação e o enquadramento na hipótese prevista na Lei e da minuta do contrato, quando for o caso;

VIII - Pareceres técnicos que demonstre o atendimento aos requisitos exigidos, se for o caso;

IX – Proposta de Preços do Futuro contratado;

X - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos habilitação jurídica; habilitação econômico-financeira; habilitação técnica; habilitação fiscal, social e trabalhista;

XI – Justificativa abrange a razão da escolha do contratado e do preço a ser contratado;

XII – Manifestação do agente de contratação onde atesta que contratado preenche os requisitos formais e documentais para a contratação;

XIII – Homologação e Autorização da autoridade competente e sua respectiva publicação.

O inciso I, II e III estão devidamente atendidos, pois houve a juntada no processo de inexigibilidade os documentos da fase de planejamento do credenciamento público 001/2025 o que serve de base e dá azo à presente contratação, já que naqueles documentos se justificaram as obrigações contratuais e justificativas da escolha da modalidade e da necessidade da demanda.

O inciso IV também resta atendido, visto que consta no processo administrativo a pesquisa de mercado que construiu a base de preço ofertada para o credenciamento.

O inciso V está atendido, visto a comunicação da contabilidade com a reserva orçamentária no valor a contratar. (Declaração de compatibilização)

A minuta do contrato consta no presente processo e no processo de credenciamento.

Por fim, a habilitação, constante no inciso X, também está preenchida, visto que já houve a habilitação na fase de credenciamento, demonstrando atender os requisitos para contratação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA JURÍDICA

O decreto regulamentar, ainda exige especificamente a cópia do credenciamento do futuro contratado e indicação do processo de credenciamento, o que resta atendido, já que tais informações constam no processo administrativo de inexigibilidade.

Art. 6º (...)

§ 1º. O processo administrativo deverá ser instruído ainda com os seguintes documentos adicionais:

IV – Na contratação decorrente de credenciamento: cópia do resultado do credenciamento prévio do pretense contratado, com indicação do respectivo número do processo de credenciamento;

Além disso, estão presentes as certidões de regularidade, devidamente atualizadas e válidas.

Por todo o exposto, entendo atendido os requisitos de contratação por inexigibilidade.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Procuradoria Jurídica opina pela regularidade da contratação por inexigibilidade da empresa Bernardo Medeiros Maia Ltda-ME, CNPJ: 30.776.170/0001-23, credenciada no chamamento público para credenciamento nº 001/2025, amparado no art. 74 inciso IV, da lei 14.133/2021, motivo pelo qual opina-se pela sua legalidade.

S.m.j.

É o parecer.

São Gabriel do Oeste - MS, 29 de maio de 2025.

GASPARINO FAVERO NETO
PROCURADOR MUNICIPAL
OAB/MS 23.113





MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

RUA MARTIMIANO ALVES DIAS, Nº 1211 - CENTRO - CNPJ: 15.389.588/0001-94

SÃO GABRIEL DO OESTE/MS - CEP 79.490-000

FONE: (67) 3295-2111



CÓDIGO DE ACESSO

372471FE0F6740DB9BFB58AEAD766787

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: GASPARINO FAVERO NETO em 29/05/2025 16:49:37

CPF:***.***-.331-89

Certificadora: ICP-BRASIL - AC DIGITAL MULTIPLA G1

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://saogabrieldooeste.flowdocs.com.br/public/assinaturas/372471FE0F6740DB9BFB58AEAD766787>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO GABRIEL DO OESTE****SGOPREV****ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N. 05/2025, do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV.**

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, na sala de reuniões da Câmara Municipal, localizada na Av. Juscelino Kubitschek, 958, foi realizada reunião ordinária dos membros do Conselho Fiscal do SGOPREV, com a presença dos seguintes conselheiros: CLAUDIO LEITE CARDOSO JUNIOR, CELESTE RAMOS DA SILVA TARTARI, RAFAEL CLEONOR SORGATTO FAÉ, ALINE FRANÇA DA SILVA, DANIELA DIMEIRA DOS SANTOS, SUZANA ROSALINA SCHMITZ DE LEON e SEDINEIA DEOTTI DA MOTA, todos nomeados pelo Decreto Municipal n. 2.832/2022, de 15 de dezembro de 2022 e Decreto Municipal n. 3.130/2024, de 01 de fevereiro de 2024. Com a palavra, o Presidente, Sr. Rafael Cleonor Sorgatto Faé, fez a abertura da reunião convocando a mim, Sedineia Deotti da Mota, para que secretariasse os trabalhos. Foi colocada em discussão a Ordem do dia, como segue: **1)** apreciação do relatório de governança do ano de 2024; Conforme solicitado pela diretoria, a reunião agendada para o dia 22 de maio, foi antecipada para apreciação do relatório de governança/2024. De acordo com a ata nº 05 do Conselho Curador, foi solicitado à diretoria do Instituto a correção dos seguintes pontos 3.6.1 e 7.2, conforme verificado por este conselho o referido relatório encontra-se com necessidade de correção no item 2.1.3 em relação ao membro titular do Conselho Fiscal, onde consta o nome de **André Mauro Dropa de Bortoli** deve constar **Claudio Leite Cardoso Junior**, ficando o mesmo para análise após as correções e apreciação do Conselho Curador. No que se refere aos balancetes do ano de 2025, que ainda encontram-se pendentes de aprovação, será agendada reunião extraordinária a se realizar no dia 05 de junho, na sala de reuniões da Câmara Municipal. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Rafael Cleonor Sorgatto Faé encerrou a reunião, solicitando a mim Sedineia Deotti da Mota, que fosse lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, seguirá assinada por todos os presentes.

Matéria enviada por José Luiz Ribeiro de León

Procuradoria Jurídica**HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE ATA 01**

Credenciamento nº 001/2025;

Processo Administrativo do credenciamento nº 5085/2025;

Processo Administrativo da contratação por inexigibilidade nº 91/2025;

Inexigibilidade decorrente da Ata n 01 do credenciamento 001/2025;

Assunto: Contratação de Empresa Credenciada – Antônio Augusto Palombo Mendes Ltda-ME;

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CONSULTA NAS ÁREAS DE NEUROPEDIATRIA, REUMATOLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, PNEUMOLOGIA, UROLOGIA, ORTOPEDIA, GINECOLOGIA GERAL, GINECOLOGIA OBSTÉTRICA, FONAUDIOLOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SMS.

Declaro Inexigível a licitação constante do processo licitatório em epígrafe, com fundamento no art. 74, IV, da lei Federal nº 14.133/2021, e artigo 6, §1º, inciso IV, do Decreto Municipal n. 3.132/2024.

Contratada: Bernardo Medeiros Maia Ltda-ME – CNPJ: 30.776.170/0001-23;

Prazo da contratação : 6 meses de vigência .

4. Valor: Item 04, no valor total de R\$ 87.330,00 (oitenta e sete mil, trezentos e trinta reais)

Publique-se , para fins do disposto no parágrafo único do art. 72 da lei 14.133/2021 e artigo 6º, XIII do Decreto Municipal n. 3.132/2023, por meio do Diário Oficial dos Municípios mantido pela Assomasul, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Encaminhe-se a Procuradoria Jurídica para as demais providências.

São Gabriel do Oeste – MS, 29 de maio de 2025.

**LEOCIR PAULO MONTAGNA
PREFEITO MUNICIPAL**

Matéria enviada por GASPARINO FAVERO NETO

Procuradoria Jurídica**ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO PARCIAL item 04**

PREGÃO ELETRÔNICO: 024/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3185/2025

PROCESSO LICITATÓRIO: 046/2025

Objeto: Seleção da proposta mais vantajosa para o Município visando a aquisição de materiais elétricos e insumos para a manutenção da rede de iluminação pública no município de São Gabriel do Oeste/MS, em atendimento à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Trânsito, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO PARCIAL

Considerando a adoção do procedimento previsto no art. 90, §2º, da lei 14.133/2021 e a desclassificação da empresa